

Buscaremos neste artigo⁽¹⁾ apontar elementos sobre as relações entre a grande imprensa brasileira e a ditadura militar. Esse foi um momento de consolidação de uma tendência no jornalismo: a dos padrões norte-americanos que se vincula à progressiva dependência do capital externo. Foi estabelecido um "padrão de qualidade", fazendo com que o próprio trabalho jornalístico se tornasse submisso aos interesses dos veículos de comunicação.

Imprensa e Ditadura Militar

padrões de qualidade e construção de memória

Carla Luciana Silva



fato de que os principais veículos da imprensa brasileiros foram censurados na ditadura não implica em que eles não tenham de diferentes formas apoiado e legitimado o regime. Além disso, reescre-

creveram sua versão sobre sua própria atuação no processo, querendo se mostrar como críticos da ditadura. No caso de *Veja*, a revista tem investido ainda em construir uma memória sobre o golpe que procura amenizá-lo, banalizá-lo e justificá-lo.

Um modelo de imprensa

Um marco histórico na imprensa brasileira é o período dos anos 1950, que possui dois aspectos fundamentais: a entrada de empresas multinacionais e do capital estrangeiro, e as conseqüentes influências dos padrões norte-americanos de jornalismo.

Naquela década, "o modelo norte-americano se implantou no jornalismo nacional, provocando não só a modernização das empresas e dos textos, mas também a profissionalização

Carla Luciana Silva é Professora do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Maracá, Candido Rondon. É doutora em História pela Universidade Fluminense. carlalssilva@uol.com.br.

dos jornalistas e a constituição de todo um ideário sobre o que era o jornalismo e qual era a sua função social".⁽³⁾

Com as reformas ocorridas nesse período, demarca-se "a passagem do jornalismo político-literário para o jornalismo informativo",⁽⁴⁾ o que se dá sob os parâmetros norte-americanos. A questão maior que estava em jogo era que "a imprensa deixa de ser definida como um espaço do comentário, da opinião e da experimentação estilística e começa a ser pensada como um lugar neutro, independente".⁽⁵⁾

Talvez melhor seria dizermos que o padrão da suposta neutralidade passa a ser visto como moderno, e torna-se modelo para a imprensa em geral buscando-se constituir como grande empresa e empregadora de jornalistas profissionais mas isso acaba abrindo campo para sua atuação partidária. Ao mesmo tempo, essas mudanças tornam as empresas jornalísticas progressivamente dependentes do capital externo.

Não se pode dizer que anteriormente os jornais não possuíam vínculos com o capital. Mas, o que os caracterizava era o vínculo à sociedade política, sem prejuízo de sua ação de classe. Ou seja, eram jornais ligados explicitamente a partidos ou grupos políticos. A partir daqui, o discurso de que seria "informativo" permitiria ocultar sua ação *partidária* concreta.

As influências das concepções empresariais na imprensa brasileira passam a ser muito fortes e incentivadas não apenas pelos jornais brasileiros, mas também por órgãos da imprensa norte-americana, que pagavam cursos para que jornalistas brasileiros fossem em suas sedes conhecer sua forma de produzir jornalismo, inclusive oferecendo bolsas de estudos para jornalistas brasileiros.⁽⁶⁾

Essas influências permitiam ocultar a organicidade da imprensa. Se o modelo anterior "de opinião" seria relegado ao passado, o jornal estaria livre para se colocar como "uma empre-

sa". Isso implicou em criar a aparência de objetividade e neutralidade, partindo da desvinculação direta com a sociedade política, mas ficando livre para agir *partidariamente* no sentido de classe, embora os jornais busquem sempre ocultar essa sua face.

A desvinculação formal de um partido político atende exatamente a esse interesse, pois o jornal não deixa de ser portador de "opiniões", mas pode assim dizer-se "independente".

O caráter empresarial e ideológico do modelo norte-americano é evidenciado por Nelson Werneck Sodré, que conclui por uma crise da imprensa, naquele período: "Na medida em que os monopólios norte-americanos se instalam e se expandem no Brasil, têm a necessidade, também, de estabelecer, aqui, o controle da opinião: **esse controle deriva da penetração daqueles monopólios**. O imperialismo, depois de dominar o mercado de coisas materiais, procura dominar o mercado da opinião e, assim, depois que se instala, instala a **sua** imprensa. E começa essa imprensa a difundir que 'a solução dos nossos problemas está nos Estados Unidos'".⁽⁷⁾

Não por acaso, os exemplos dessa expansão citados por Sodré são as revistas de histórias em quadrinho da editora Abril e a revista *Realidade*, que são a porta de entrada desse modelo de fragmentação editorial e de domínio ideológico. J. S. Faro vê também vários aspectos positivos no lançamento desta revista, bem como de todo esse processo em curso de profissionalização. Para ele, a "nova organização empresarial", que permite "a imprensa estar moderadamente vinculada à dinâmica cultural", e a qualificação técnica e formação universitária do profissional de imprensa, seriam fatores positivos daquele momento.⁽⁸⁾

Mas, no seu trabalho, ele mostra que mesmo *Realidade*, que passa a ser vista como um modelo de jornalismo investigativo para a imprensa brasileira, não foi imune ao que chamá-

* — Este artigo é uma adaptação do primeiro capítulo da Tese de Doutorado sobre a revista *Veja* defendida junto ao Programa de Pós Graduação em História — UFF *Veja: o indispensável partido neoliberal* (1989-2002).

3 — RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 60*. Tese de Doutorado, UFRJ, Escola de Comunicação, 2000. p. 8.

4 — Id. ib., p. 25.;

5 — Id. ib., p. 26.

6 — SILVA, Carlos Lins. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo: Summus, 1991. pp. 79 e 86.

7 — SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p. 438. Grifos do original.

8 — FARO, J. S. *Revista Realidade. 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre: AGE / Ulbra, 1999. p. 75.

de construção da hegemonia capitalista, que naquele momento era profundamente marcada pelo anticomunismo. Esse posicionamento pode ser localizado no que o autor chama de "padrões de modernidade ocidental que o pós-guerra havia instituído".⁽⁹⁾

O processo de transformação em grandes empresas acaba prevalecendo sobre as eventuais posições progressistas dos jornalistas, o que não ocorre sem conflitos nem acaba definitivamente com eles, mas estabelece limites bem definidos. Na medida em que a empresa cresce, as máquinas e o próprio papel para impressão são importados, e cada vez mais caros, pois são mais sofisticados, aumenta cada vez mais a dependência de fatores externos como investimentos, empréstimos, incentivos fiscais, que muitas vezes acabam levando a comprometimentos políticos de todo tipo.⁽¹⁰⁾

Aqui entram também as agências publicitárias, que terão papel fundamental para manter esse padrão jornalístico. Some-se a isso as agências internacionais de notícia, que fazem sua parte no sentido da unificação ideológica das diversas publicações, gerando uma verdadeira estrutura transnacional: "Só recentemente começou a emergir com clareza a dimensão comunicação/publicidade/cultura como parte do instrumental transnacional.

É cada vez mais evidente que o sistema transnacional de comunicação se desenvolveu com o apoio e a serviço dessa estrutura transnacional de poder. É parte integrante do sistema, e por meio do qual é controlado o instrumento

fundamental que é a informação na sociedade contemporânea".⁽¹¹⁾ O pano de fundo é a entrada de empresas multinacionais, também na área da comunicação, no Brasil.

A partir do final dos anos 1950, acelerou-se a expansão dos grupos *Time Life*, *Reader's Digest*, *Washington Post* (proprietário da *Newsweek*), em toda a Europa e também na América Latina.

Essa expansão se deu ou pelo lançamento de revistas ou pela associação com editoras locais. Como resultado, temos a entrada no Brasil de revistas como *Marie-Claire*, *Elle*, *Cosmopolitan*, *House & Garden*, *Forbes*, *Business Week*, *Playboy* e revistas infantis de Walt Disney, sendo que várias foram editadas no Brasil pelo Grupo Abril.⁽¹²⁾

Segundo Mattelart, citando os editores norte-americanos, havia uma aliança internacional, cujo objetivo seria "unir os homens que tomam as decisões no mundo empresarial e os dirigentes políticos de todas as nações".⁽¹³⁾

Portanto, nada havia de casual ou de puro "entretenimento". Dois elementos vêm junto com essa expansão: o padrão tecnológico que leva à dependência técnica externa; a dependência de financiamentos e de patrocínios das empresas multinacionais. É também a relação com os órgãos estatais é dada por interesses mútuos, pois os jornais e revistas se colocam como neutros, possibilitando sua atuação partidária na defesa dos interesses de ambos. E se considerarmos o atrelamento do Estado também aos interesses externos, indicaremos uma simbiose entre imprensa, Estado brasileiro e interesses transnacionais.

Multinacionais, cultura e ideologia

O acirramento da Guerra Fria nos anos 1960 ocorreu junto com a abertura das empresas jornalísticas e de mídia para o capital norte-americano. Isso é demonstrado no trabalho de Ana Figueiredo sobre a publicidade das multinacionais no Brasil naquele período, que arti-

culavam valores como trabalho, ordem, família, propriedade, para vender geladeiras, carros, televisores, etc. Ao mesmo tempo em que anunciavam o produto, agiam no sentido da produção de consenso acerca de certas idéias articuladas à criação das necessidades de consumo.⁽¹⁴⁾

9 — Id. ib., p. 209.

10 — Ver, por exemplo: WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1987.

11 — SOMAVIA, Juan. A estrutura transacional de poder e a informação internacional. In: MATTÁ, Fernando Reyes (Org). *A informação na nova ordem internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 35.

12 — MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo: Ciências Humanas, 1976. p. 200-9.

13 — Idem, p. 204.

14 — FIGUEIREDO, Ana. *Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada*. São Paulo: Hucitec, 1998.

As propagandas faziam, num primeiro momento, com que a população se identificasse com as multinacionais e quisessem que elas fossem implementadas, para o bem do "desenvolvimento nacional". As empresas fariam, de acordo com a propaganda, com que "o progresso chegasse ao fim do mundo".

Em seguida, agiram no mundo do trabalho, promovendo a divisão entre trabalho x lazer, abrangendo um círculo da produção capitalista: "O indivíduo, ansioso por alcançar a satisfação que não encontrava em seu trabalho, esforçava-se para ascender dentro da fábrica ou empresa em que trabalhava a fim de obter melhor remuneração e, com ela, tanto o acesso aos bens de consumo de massa que encerrariam os signos de sua ascensão, quanto as condições para o desfrute de seu lazer. Desse modo, ele se tornava um trabalhador ideal e, ao mesmo tempo, um consumidor padrão – tudo o que o sistema capitalista precisava para garantir indefinida e ininterruptamente sua reprodução".⁽¹⁵⁾

Finalmente, essa publicidade, e a imprensa de forma geral, agiam no sentido de não deixar dúvidas dos riscos que a população "ordeira e pacífica" correria diante do "perigo comunista", e que abalaria a possibilidade inalienável de poder consumir, que seria o marco da "liberdade" capitalista e "proibida" no mundo comunista. Segundo Anamaria Fadul, "as agências de notícias criadas especialmente para trabalhar na contra-ofensiva ideológica foram outro importante elemento da Guerra Fria. [...] Os países altamente industrializados controlavam não somente a produção de mercadorias e sua distribuição, como também a produção e distribuição de notícias".⁽¹⁶⁾

Mas, a encampação e divulgação desses ideais mais amplos abrangem todos os grandes grupos de mídia. Com justificações semelhan-

tes – padrão de qualidade, desenvolvimento técnico, objetividade –, crescem e se desenvolvem outros órgãos com funções semelhantes: a Rede Globo e o Grupo Folha. Dentro dos planos de Médici, esses avanços tecnológicos trazidos no período da ditadura contribuíam para a "idéia de que a vocação brasileira é tornar-se potência".⁽¹⁷⁾ Tais idéias provinham de estados maiores. É relevante que lembremos da criação nos Estados Unidos de uma forte união empresarial que até hoje age como estado maior, o *Council of Foreign Relations*, e o *Council for Latin American*, que possuía entre seus planos, respectivamente, a criação de um projeto para os anos 1980, e a organização da atuação na América Latina. Desses grupos participavam o próprio grupo Times Inc.⁽¹⁸⁾

Tinha como seus divulgadores no Brasil a Fundação Getúlio Vargas,⁽¹⁹⁾ e como representantes brasileiros em algumas de suas reuniões Mario Henrique Simonsen⁽²⁰⁾, Roberto Campos⁽²¹⁾, que seriam recuperados pela revista *Veja* nos anos 1990 como seus conselheiros e colunistas, e também João Paulo dos Reis Velloso,⁽²²⁾ idealizador e coordenador do Fórum Nacional no final dos anos 1980.⁽²³⁾

É o estado maior em ação concreta: "Ao longo de quase 20 anos de atuação em diversos países da América Latina, o Council utilizou um verdadeiro arsenal de recursos, inclusive os da mídia oral, escrita e visual, definidas de acordo com o público a ser atingido e o tipo de propaganda – geral ou seletiva – na televisão, nos jornais diários, nas revistas semanais, nos programas de rádio, panfletos, livros, revistas especializadas, outdoors, etc. Dependendo do tipo de alvo, a mensagem podia ser preparada nas estufas ideológicas do Council e plantada nos meios de divulgação, ou até encomendada às empresas especializadas, às elites congêneres

15 — Id. ib. p. 86.

16 — FADUL, Anamaria. A internacionalização da mídia brasileira. *Comunicação & Sociedade*. Identidades comunicacionais. N. 30, 1998. p. 76.

17 — WAINBERG, Jacques. *Casa Grande e senzala com antena parabólica: telecomunicação e o Brasil*. Porto Alegre, EdUPUCRS/Famecos, 2001. p. 51.

18 — DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. 1918-1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986. p. 122.

19 — Id. ib. p. 127.

20 — Id. ib. p. 165.

21 — Id. ib. p. 167.

22 — Id. ib., apêndice "Q".

23 — Dados em DREIFUSS, A *Internacional Capitalista*. Ob. cit. O Fórum tem agido como intelectual coletivo das publicações da Editora Abril, conforme demonstra a investigação de minha tese de doutorado.

ou às associações empresariais vinculadas ao CLA".⁽²⁴⁾ Até o final dos anos 1980, a articulação se dava em torno da idéia de Guerra Fria. E nesse sentido, também Mattelart aponta dados que nos permitem estabelecer ligações entre grupos norte-americanos e a realização de pesquisas e publicação de publicidade de "combate ao comunismo".

Um exemplo é um questionário de pesquisa aplicado a "formadores de opinião", pelo grupo Gallup, no Chile às vésperas das eleições de 1970: "[...] em sua opinião, porque o presidente João Goulart foi demitido [sic] de suas funções? a) porque fora longe demais com suas medidas de nacionalização das riquezas naturais do país; b) porque não respeitou os princípios constitucionais e tradicionais da nação; c) porque identificou-se com os partidos políticos de esquerda, particularmente com o partido comunista".⁽²⁵⁾

Esse material se relaciona com um conjunto de outros provindos da publicidade, que segun-

do o autor, passa a ser um apêndice ideológico do Estado, inclusive através da espionagem, que é sofisticado "quando o inimigo deixa de ser exclusivamente o concorrente industrial, para tornar-se mais político. Como sempre, esse inimigo é identificado com a etiqueta de 'terrorismo' e 'extremismo'. Uma vez diagnosticado, trata-se de neutralizá-lo com os meios mais adequados".⁽²⁶⁾

Ou seja, demonstra-se que a publicidade e o material editorial não estavam desvinculados da linha estratégica mais ampla norte-americana, naquele momento, o controle da Guerra Fria nos países latino-americanos. Têm implicações no mercado de comunicação brasileiro e do padrão de qualidade, que passaria a ser mais uma forma de estabelecimento de consenso pela grande imprensa. E que, com isso, consolida sua posição empresarial. Já nos anos 1990, o consenso passaria a ser buscado em torno de outras questões, mais "modernas", e esses grupos atuarão juntos nesse sentido. A "globalização" passa a ser a grande articuladora desses ideais.

Os padrões de qualidade e a "nova ordem"

É também no contexto de Ditadura e de abertura ao capital externo que se dá a implantação da Rede Globo de Televisão, com a entrada direta de capital estrangeiro e gestão pelo grupo norte-americano Time-Life. A ilegalidade desse fato gerou a Comissão Parlamentar de Inquérito, que acabou inocentando a Rede Globo, depois de vários vícios no processo.

Em que pesem as inúmeras irregularidades, a empresa foi absolvida por decreto do presidente Costa e Silva, em 23/11/1968, com o arquivamento do processo. Isso ocorreu porque os interesses estavam bem delineados: "A superficialidade com que os ministros da área econômica trataram os problemas levantados não era, por certo casual. O governo implantado em 1964 tratava de contornar as resistências que surgiam, inclusive na área militar, mas manobrava para garantir a implantação da TV Globo, que seria um instrumento fundamental na

política de internacionalização da economia através da criação de um mercado nacional de produtos industriais sofisticados.

Roberto Campos era figura notoriamente identificada com os interesses do capital estrangeiro e também Octavio Gouvêa de Bulhões, que mais tarde chegaria a ser presidente da poderosa multinacional Ericson, da indústria que, juntamente com Standart Elétric e a Nippon Electric Company, controlaram o mercado brasileiro de telecomunicações, criado com maciços investimentos do Governo após 1964".⁽²⁷⁾

Essa conjuntura foi decisiva para que a Abril pudesse abrir-se para os investimentos necessários para uma revista do porte de *Veja*. Vale retomar Daniel Herz, que se utiliza como base *O livro negro da invasão branca*, de João Calmon que: "Falava também da chegada de Victor Civita que estava instalando no Brasil aquela que hoje é a maior empresa editorial da Améri-

24 — Id. ib., p. 173.

25 — MATTELART. *Multinacionais e sistemas de comunicação* Ob. cit, p. 225.

26 — Id., ib., p. 266.

27 — HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14 ed. Porto Alegre: Ortiz, 1991. p. 169.

ca Latina, a Editora Abril: 'O Grupo da Editora Abril edita esta revista 'Realidade', que é a décima nona que lança no Brasil. O dono deste grupo chama-se Victor Civita. Este homem nasceu na Itália, naturalizou-se norte-americano. [...] Quando procurei apurar o que ele fazia nos Estados Unidos, antes de vir para o Brasil, soube que ele era empregado do grupo Time-Life. Chegou ao Brasil sem dispor de recursos financeiros e o seu irmão partiu para a Argentina'.⁽²⁸⁾ Além disso, ele aponta para o crescimento da Editora, em consonância com o que ocorria no México e na Argentina, onde a ligação com os grupos Time era apontada: "Dentro de pouco tempo o grupo da Editora Abril lançou dezenove revistas no Brasil, dezenove revistas na Argentina e dezenove revistas no México. Outro detalhe interessante: a Editora Abril na Argentina edita uma revista chamada 'Panorama'. Em baixo do título da revista lê-se: 'uma revista do Editorial Abril e de Time-Life'.

Na Itália, existe uma outra revista, com o mesmo título, 'Panorama' embaixo do título lê-se: 'uma edição de Time-Life e Mondadori'. Ora, é muita coincidência. E é o grupo Civita na Argentina e o grupo da Editora Abril que opera em três países. Creio que nenhum grupo brasi-

leiro terá capacidade financeira para manter dezenove revistas, no México, na Argentina e no Brasil".⁽²⁹⁾ Herz caracteriza o grupo Time como sendo "da linha mais reacionária e mais retrógrada do Partido Republicano, exclusivamente interessado em manter, em países como o nosso, bases anticomunistas".⁽³⁰⁾

A justificação ideológica muda ao longo dos anos, pois desde os anos 1980 se inicia uma tendência de usar na ideologia da "globalização" as novas definições dos rumos que aparecem como inexoráveis. Além de negar alternativas, justifica positivamente os avanços do capital na sua reação à crise de acumulação vinda desde os anos 1970. O sentido a ser preservado é o da acumulação. Ademais, é através dessas ligações que a Rede Globo recebe altos investimentos tecnológicos, garantindo um elevado padrão de qualidade técnica, que é vista muitas vezes como avalista de uma suposta credibilidade, e tem como consequência o aumento das dívidas das empresas da mídia brasileira, e seu progressivo atrelamento aos mecanismos de financiamento externos e internos, estatais ou não. Em consequência, as relações políticas se dão também levando em conta essas necessidades, sendo este um dos elementos principais da ação *partidária* da imprensa.

Folha de São Paulo: padrão de qualidade e ação política

Além da Rede Globo, teve vida longa de destaque, com um projeto editorial e uma organização empresarial "modernos", o jornal *Folha de São Paulo*. Gisela Taschner estudou o conglomerado do qual faz parte o jornal, mostrando que nos anos 1960 a empresa tomou uma série de medidas no sentido da centralização de capital, ao mesmo tempo em que se ampliaram os investimentos no seu setor produtivo.

Daí nasceu a junção entre *Folha da Manhã*, *Última Hora* e *Notícias Populares*: "O novo complexo foi abordado a partir do binômio centralização-diversificação.

A centralização englobou, em diversos graus, todas as operações que fosse possível centralizar: produção e reprodução da mensagem, distribuição, vendas, publicidade, administração, serviços de apoio. A diversificação foi feita com relação aos produtos."⁽³¹⁾

O grupo não se restringe ao setor jornalístico, seus proprietários têm investimentos em diversos tipos de atividade, "só a título de exemplo, Frias é um dos maiores granjeiros, se não o maior, do país".⁽³²⁾ Mario Sergio Conti também cita investimentos do grupo na área rodoviária.⁽³³⁾ Ou seja, são muito diversificados os investimen-

28 — Id. ib. p. 92. ;

29 — Loc. cit. ;

30 — Id. ib. p. 93.

31 — TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p. 156.

32 — Loc. cit.

33 — CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 185.

tos e interesses do grupo que publica o maior jornal impresso nacional. E isso deve ser levado em conta para entender seu posicionamento político. O caso da *Folha de São Paulo* é bastante ilustrativo da relação oportunista com a Ditadura, pois o jornal foi censurado, posteriormente apoiando o movimento das Diretas Já. Com isso construiu uma aura em torno de si que até hoje lhe permite ser visto como um jornal progressista. E é nesse mesmo contexto que o jornal cria e desenvolve o "projeto Folha", que estabelece o padrão de qualidade como premissa, em detrimento da autonomia jornalística.

O mais relevante é que oculta, relega ao esquecimento o apoio que deu ao golpe e às medidas repressivas já sob julgo militar. A *Folha* se adaptou aos rumos da abertura, no momento em que a democracia se colocava como necessária ao seu projeto de "modernização". O jornal buscou se construir como o "jornal das diretas". Mas com isso, oculta que não apenas apoiou a Ditadura, mas também exigia editorialmente que o governo de Jango fosse derrubado. Sua postura foi anticomunista, antipopulista, elitista e, por consequência, pró-capitalista.³⁴

Vários editoriais buscavam associar populismo a comunismo, e se buscavam colocar o leitor em uma postura de superioridade diante das "massas" que apoiavam o governo. Além disso, o jornal teve muitos lucros com o golpe, chegando no ano de 1965 a aumentar seu patrimônio vinte vezes com relação ao ano de 1964, o que se deveu à aquisição dos demais jornais que perdiam razão de ser com o fim do governo Goulart.³⁵

Foram comprados os jornais *Folha da Manhã*, *Última Hora* e *Notícias Populares*. Este último "após o golpe perdeu sua razão de ser, posto que havia sido criado para se opor à *Última Hora*". O crescimento trouxe também o endividamento, o que levou o grupo a uma posição fragilizada com relação ao governo. Além disso, outro instrumento essencial naquele período recebeu especial atenção da publicidade es-

tatal e de multinacionais.

Os editoriais passavam a versar sobre temas amenos, que não comprometessem sua posição política. E, na versão criada pela direção do jornal, a mudança em prol da abertura ocorreria por "exigência do público", como se antes não tivesse indicado a necessidade de apontar a direção intelectual de seus leitores.

Foi no contexto de abertura que o jornal implementou o *Projeto Folha*, que traz uma nova forma de enquadramento jornalístico brasileiro. Os avanços tecnológicos permitem que a comunicação se dê de uma forma muito mais rápida, o que não implica necessariamente em melhoria de qualidade e fidedignidade. A tecnologia é usada como uma forma de reforçar a idéia de credibilidade. Em alguns casos, torna dispensável a própria função do jornalista, ou, como diz Ramonet, "rebaixando-os ao nível de retransmissores de transmissões de agência".³⁶

Um dos efeitos disso é a auto-censura por parte dos jornalistas, que se tornam cada vez mais alinhados à linha editorial, ameaçados de perderem seus empregos se assim não o fizerem. José Arbex Junior que foi jornalista da *Folha de São Paulo*, se refere ao *Projeto Folha* dessa forma: "[...] sua implantação introduziu no Brasil, em ritmo acelerado, uma lógica empresarial que a moderna imprensa capitalista construiu ao longo de várias décadas nos Estados Unidos e na Europa", adotando um "discurso para o mercado", adequando-se à "expansão do neoliberalismo". O projeto, segundo Arbex: "[...] caracterizava a notícia como mercadoria, destinada a gerar lucros. Essa perspectiva exigia, obviamente, o fim da 'politização' da redação, uma das características mais fortes do jornalismo até então praticado no Brasil. [...] A adoção do Projeto Folha impunha, portanto, um 'saneamento ideológico' da redação".³⁷ Portanto, nesse novo período, outras eram as inovações para que o jornal atuasse politicamente.

A justificativa de ser "progressista", além do

34 — Esse material é discutido em: DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

35 — Id. ib. p. 95.

36 — RAMONET, Ignácio. *A tirania da Comunicação*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 51.

37 — ARBEX JR. José. *Showrjalismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. p. 142-3 e COSTA, Caio Túlio. *O relógio de Pascal: a experiência do primeiro ombudsman na imprensa brasileira*. São Paulo: Siciliano, 1991.

fato de ser altamente desenvolvido tecnologicamente, seriam as grandes marcas que permiti-

riam desviar das implicações políticas desse novo programa para o jornalismo brasileiro.

Veja na abertura

A revista *Veja* passou por um processo bastante semelhante, embora o grande elemento que a permitiu se colocar propagandisticamente como um veículo crítico tenha sido o *impeachment* de Fernando Collor. *Veja* fez o que esteve ao seu alcance para incentivar uma saída conciliatória, e apenas depois disso se mostrar impossível é que comprou a briga pelo *impeachment*, buscando dar a linha para que o processo se desse com o mínimo de fissuras sociais possíveis. O fato de ter sido censurada na Ditadura contribuiu de forma decisiva para que ela não tenha falido nos seus primeiros anos, ela "beneficiou-se da censura, porque sem censura seria mais difícil diferenciar-se das outras publicações existentes no país", foi com isso que se "firmou a imagem de independência".⁽³⁸⁾

No governo de Figueiredo, a abertura política se apresentava como inevitável, devido às pressões sociais. *Veja* teve uma postura muito coerente, apostando, ainda que timidamente, na possibilidade de eleição de Aureliano Chaves, que manteria a coerência de seu antigo partido, a UDN.⁽³⁹⁾

Em editorial, no contexto da decisão de quem seria o candidato, dizia que "enquanto Maluf e Andreazza exibem bases diferentes e programas semelhantes, Aureliano parece buscar uma tripla capaz de fazer renascer as velhas raízes de seu partido de origem, a UDN, cavalcando uma mistura de realidade com defesa das liberdades públicas. Por isso, dispõe de uma biografia. Foi um administrador de contas respeitado pela oposição e o primeiro político do PDS a defender a anistia, em 1977". Como aponta Gazzotti, que cita o editorial, "a revista mante-

ve sua posição centrista, proclamando mudanças sem se chocar com o governo", mesmo que fosse uma posição derrotada.

O elo de ligação teórica entre o programa de abertura econômica e o regime militar parece estar vinculado à figura da "iminência parda" de Golbery do Couto e Silva, que viria a ter ligações estreitas com Elio Gaspari, editor da revista. É relevante que, na eleição de Tancredo, mesmo no contexto de abertura, a revista abriu espaço para Médici⁽⁴⁰⁾ e a Golbery, com a intenção de recuperar "momentos positivos" da ditadura.⁽⁴¹⁾

Freitas cita um editorial de 1974 em que se dizia que "quando a história oferecer seu juízo sereno à administração Médici, muitos haverão de ser os acertos e os erros [...] talvez ele venha a ser o governante que, mantendo a política na geladeira, impediu que ela fosse atirada ao quintal [...]".⁽⁴²⁾ As entrevistas foram publicadas "às vésperas de o Colégio eleitoral escolher para a presidência entre Paulo Salim Maluf (PDS) e Tancredo Neves". Médici falara "com exclusividade para *Veja*, concedendo uma entrevista formal ao repórter que freqüentava sua casa e conhecia seu pensamento ao longo dos anos sem publicar uma só palavra para o conhecimento do leitor".⁽⁴³⁾

Quanto a Golbery, a entrevista já estava pronta para ser publicada quando a revista quisesse, também por influência do editor Elio Gaspari que "freqüentava o ex-ministro poderoso, mas que até então não havia escrito nenhuma linha de matéria com informações atribuídas ao ex-chefe da casa civil de dois governos militares e mentor intelectual da revolução de 1964".⁽⁴⁴⁾

Mesmo assim, a revista apoiou a Campanha

38 — FREITAS, Jorge Roberto Martins. *A entrevista nas páginas amarelas da revista Veja: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newsmagazine brasileiro*. Mestrado em Comunicação, UFRJ, 1989, p. 151 e 152.

39 — GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSC, 1998, p. 39, 40.

40 — Citado por FREITAS, p. 117.

41 — E, segundo Freitas, "deixou euforia com os resultados anunciados pelo então presidente". (p. 115). FREITAS. *A entrevista [...]*. Ob.cit..

42 — Carta ao Leitor, 9/1/1974, p. 24.

43 — Id.ib. p. 112. ;

44 — Id.ib. p. 115.

pelas Diretas, em clara oposição à Rede Globo de Televisão. Para *Veja* se tratou do "maior movimento popular da História do Brasil", indicando que para ela, o importante neste momento era o processo "democrático" para possibilitar aprofundar as reformas liberais. Mas é altamente relevante a complementação: "[...] *justamente por ter amadurecido nestes vinte anos, o país se acha pronto para escolher seu presidente.*"⁽⁴⁵⁾

É evidente que, dessa forma, o próprio golpe de 1964 fica justificado, pois se tratava de um país "imaturo". Em inúmeros momentos se trata do Golpe com amenidade a partir das referências de desprezo ao governo de Jango. A citação em destaque é de uma entrevista de Nelson

Rodrigues: "Tomaram o poder e esse poder lhes foi imposto pela inépcia, pela burrice, pela imbecilidade das esquerdas. As esquerdas fizeram tudo isso e colocaram as Forças Armadas na obrigação elementar de intervir sumariamente porque o Brasil de Jango foi o Brasil do caos, de caos mais idiota, mas estéril, mais infecundo, que não conduziria a nada a não ser ao próprio caos".⁽⁴⁶⁾ Esta é a "expressiva passagem que encerra a primeira amarelinha".⁽⁴⁷⁾

A edição aponta para um sentimento que seria repetido ao longo dos anos sobre a "inépcia" de um governo de esquerda e os "riscos para o país", que são associados à figura de Jango como fraco e portador do caos.

Veja reconstruindo a memória do golpe

O principal marco recente da reconstrução da memória sobre o golpe de 1964 é o conjunto da obra de Élio Gaspari,⁽⁴⁸⁾ que foi editor de *Veja*. E a base de sua interpretação é utilizada pela revista, em idéias como: a fraqueza de Jango; a possibilidade de um golpe comunista; a grandeza do país sob o regime. Pinço em seguida alguns exemplos de como isso se dá nas páginas de *Veja*, embora o tema mereça ainda maiores pesquisas. Idéias repetidas em matérias como: "*O golpe na estrada: deflagrado num rompante de dois generais de segundo escalão, o golpe de 1964 se consolidou por inércia e sem enfrentar resistência.*"⁽⁴⁹⁾

Quando foram publicadas obras que comprovavam o envolvimento da CIA com o golpe militar no Brasil, *Veja* abriu espaço para o diretor da CIA e embaixador dos EUA no Brasil apresentar sua versão. Reitera-se a tese sobre a ameaça de um golpe comunista, ao que Lincoln Gordon responde: "[...] para mim, a melhor solução era mesmo a substituição do presidente Goulart. Temia muito que ele fosse engolido pelos comunistas, a quem ele dava as maiores

liberdades".⁽⁵⁰⁾ A seqüência é atribuir as atrocidades da ditadura aos excessos de alguns oficiais descontrolados: "[...] o Exército cometeu excessos vergonhosos no Recife e no Rio de Janeiro. [...] Uma vergonha. Mas, para quem achava que uma guerra civil era iminente, posso considerar como pacífico o golpe que derrubou Goulart".⁽⁵¹⁾

Portanto, primeiro ele cria o argumento de um golpe iminente, depois, utiliza-o para dizer que as coisas não teriam sido tão ruins, embora aponte alguns supostos desvios. Está clara a posição que *Veja* quer privilegiar, não a das vítimas da Ditadura, mas dos próprios algozes. A conclusão é explícita: "*Veja*: Mesmo assim o senhor acha que a queda de Goulart foi um bem para o Brasil? Gordon: Como amigo da Brasil, acho sinceramente que sim. Goulart certamente daria o autogolpe. Como era um sujeito fraco, a História mostra que logo o poder seria surrupiado pelos seus aliados comunistas, por algum líder mais capaz do que ele, algum marxista, seguidor de Fidel Castro".⁽⁵²⁾

Assim se encerra a entrevista, fixando as

45 — Carta ao Leitor, 18/4/1984. APUD GAZZOTTI, op. cit. p. 43.

46 — Nelson Rodrigues entrevistado por Fernando Mercadante, na primeira entrevista das páginas amarelas da revista, 4/6/1969. op. cit., p. 125.

47 — Loc. cit.

48 — Ver resenhas no presente número de *História e Luta de Classes*.

49 — *Veja*, 30/3/1994, p. 38 a 45.

50 — Lincoln Gordon. Entrevistado por Eurípedes Alcântara. O embaixador e o golpe. *Veja*, 15/10/1997, p. 42.

51 — Id. p. 43.

52 — Id..

mesmas idéias-chave: a fraqueza de Jango, a ameaça comunista. Em sintonia, há uma idéia muito batida, de que a Ditadura, quase sempre chamada de *regime*, caiu por anacronismo, e que, portanto, haveria sempre uma ameaça velada de que voltasse, como se depreende da citação: "Era moda, no velho regime, falar da distância entre o governo e a sociedade. O aparelho governamental vivia num mundo e a população do país vivia em outro, em consequência, basicamente, do grande defeito de fabricação do regime – o fato de não ser legítimo nem representativo. Pura verdade. Só que, devolvida a democracia ao Brasil se verifica que muitos ocupantes de cargos públicos da Nova República conseguem [...] manter-se tão distantes da sociedade quanto os seus antecessores da Velha".⁽⁵³⁾

Portanto, teriam sido os militares, por sua própria ação que "devolveram a democracia", o que pode ser visto como uma forma de corrigir o "defeito" da ditadura, reduzida à falta de representatividade. Naquele contexto aumentava o embate da revista contra o funcionalismo público. Ela completava, supostamente em nome de "todo o país": [...] talvez tenha chegado a hora de fazer alguma coisa. Chegou mesmo – como chegou, um dia, "o descrédito que mandou o velho regime para casa".⁽⁵⁴⁾ O clima de insegurança e a necessidade de planejar uma ação futura estavam colocados, e a Ditadura aparecia veladamente como algo que poderia ainda voltar. Nos dois momentos em que se refere à Ditadura, o seu fim aparece como algo alheio aos movimentos sociais que a abalaram: a democracia foi devolvida "o descrédito mandou-o para casa". Fica assegurado, além disso, que ele não "desapareceu", está "em casa", e pode voltar à cena se voltar a "ter crédito". Assim, "embora a volta ao governo não fosse intenção da maioria dos militares, a publicação periódica de reportagens deixando entrever o contrário produzia grande impacto e lançava suspeitas quanto aos rumos da

transição política".⁽⁵⁵⁾

Na sequência, ao falar do que considerava absurda greve de funcionários públicos, eles são associados à selvageria.⁽⁵⁶⁾ E completa que "esses absurdos, cometidos por um sindicalismo irresponsável, representam um abuso selvagem do legítimo direito de greve".⁽⁵⁷⁾

A ameaça vinha em seguida: "[...] a selvageria não leva à conquista de reivindicações salariais e muito menos ajuda na consolidação da democracia. Em setores vitais, como o do transporte e da saúde, ela apenas penaliza ainda mais os trabalhadores de renda mais baixa, além de adicionar um perigoso elemento de tensão na vida brasileira".⁽⁵⁸⁾

Há uma ameaça aos movimentos sociais: o regime "foi para casa", mas poderia voltar a qualquer momento se não houvesse a "colaboração de todos". *Veja* está alertando e contribuindo para a manutenção do medo. Sua posição no período da abertura foi de sempre ameaçar que os militares "podiam voltar", se a "sociedade civil" não se comportasse.

Para justificar o golpe, se apresenta a imagem de João Goulart como um "incapaz", um "fraco". Essa posição pode ser percebida nesse trecho em que *Veja* reitera seu apoio a Fernando Henrique Cardoso, cujo governo é considerado um "elevado momento nacional": "Faça-se a crítica que se desejar ao presidente da República, mas reconheça-se que ele imprime um rumo ao seu governo, coisa que parece banal mas não é. Jânio Quadros, um alucinado na Presidência, nunca teve rumo algum, a não ser promover pirotecnia política. João Goulart, um homem fraco, governou dividido no seu íntimo e também dividiu o país. Nada há a dizer sobre os governos militares, que devem ser avaliados por outros critérios. Seu rumo era o da ditadura".⁽⁵⁹⁾

A ditadura aparece como algo indiscutível, como se nela não existissem representações de classe e interesses defendidos inclusive pela

53 — Carta ao Leitor. *Veja*, 1/3/1989, p. 17.

54 — Id.

55 — AGUIAR, Leila Bianchi. "Não se trata de uma ameaça, mas..." Um estudo das declarações dos ministros militares durante o governo Sarney. *Temas CPDDC*, n. 34, 1999, p. 3.

56 — As greves que só prejudicam. Carta ao Leitor. *Veja*, 12/4/1989, p. 27.

57 — Loc.cit.

58 — Loc.cit.

59 — Um ano depois. *Veja*, 17/1/1996, p. 31.

imprensa. Neste momento ainda se reafirmava que quanto a Cardoso, “desde Juscelino Kubitschek, nenhum presidente deu mais esperança ao Brasil”.⁽⁶⁰⁾ O conjunto do texto é transparente: apenas Cardoso teria sido bom para o Brasil, “reconheça-se”. Todos os outros são desqualificados. Jango, a exemplo do que diria também sobre Lula nas campanhas presidenciais, é visto como alguém que “dividiu o país”, ou seja, não seria alguém que estava numa situação em que o país estava de fato dividido. Com isso também se permite atribuir à sua “fraqueza”, o próprio Golpe.

Ao analisar a candidatura de Lula, de novo a associação: “[...] não dá para comparar nem com Getúlio Vargas nacionalista de 1950, nem com o João Goulart aventureiro levado ao Planalto depois da renúncia de Jango em 1961”.⁽⁶¹⁾

Repare-se a forma com que Jango, que foi eleito vice-presidente é tratado: um “aventureiro levado ao Planalto”. Essa afirmação serve claramente para legitimar o golpe militar de 1964.

A frase permite descartar o fato de que os dois casos remetem a presidentes eleitos em processos democráticos – regra supostamente defendida pela imprensa liberal. E a remissão aos dois presidentes que foram vítimas de golpes não era ocasional, ficava um alerta para o

caso de Lula se mostrar um “aventureiro”. Insiste-se mais uma vez na visão sobre Jango: fraco e incapaz, portanto, está implícito que ele não teria mesmo condições de governar o país.

Por outro lado, os homens da Ditadura, e mais especialmente, o general Geisel recebe adjetivos opostos: “[...] o ditador esclarecido: num livro *excepcional*, Geisel conta como viveu, amou, conspirou e exerceu o poder”.⁽⁶²⁾ Os elogios e o ponto de onde se fala, justificando a Ditadura, são claros: “[...] é um livro *extraordinário*, feito por um homem cômico de ser diferente da maioria, que tem a coragem de atacar as eleições diretas e justificar a tortura em alguns casos”.⁽⁶³⁾

A idéia a incutir era que se Jango era covarde, Geisel seria o seu oposto, e justamente pela sua capacidade e “coragem” de justificar a tortura, permitindo-nos inferir que para *Veja*, Geisel fez “o que tinha que ser feito”: “[...] ele era o general mais bem preparado para o cargo e o que tinha mais clareza do que queria”,⁽⁶⁴⁾ e ainda mais: “[...] o mais esclarecido dos ditadores: um general poderoso, autoritário, bem formado e complexo, corajoso no seu reacionarismo, divertido em algumas opiniões, e cuja obra presidencial foi desfeita pelo tempo e pela sociedade”. Portanto, caberia a obras como esta resenhada, e à própria revista, recuperar essa memória.

A censura ocultando a ação política

Não existe qualquer dúvida de que a imprensa brasileira foi duramente censurada durante o período militar. Várias foram as formas de exercício da censura, desde a presença de censores na redação, a censura prévia, a apreensão de jornais e revistas nas bancas, ou mesmo o empastelamento de bancas inteiras. Mas a censura existiu muito mais por atuação dos profissionais jornalistas⁽⁶⁵⁾ do que pela linha editorial dos grandes veículos de comunicação.

O que há de efetivo é a postura de jornalistas que se colocaram contrários ao Golpe, e não a postura sistemática de seus jornais. Estes não

tinham intenção de contestação ao regime militar, sua formação, suas implicações e sobretudo, seu sentido econômico. Mas, posteriormente os grandes jornais usaram o fato de seus jornalistas terem sido perseguidos como forma de atestar sua suposta independência, ocultando as formas de apoio ao golpe e à Ditadura.

Portanto, a censura não pode servir para ocultar a outra face do processo que foi a transformação de alguns jornais e revistas em verdadeiros mitos, como se fossem até “de esquerda” por terem sido censurados. A censura atingiu a todos os jornais e revistas, fossem identi-

60 — Loc.cit.; 61 — Id.ib. p. 44.;

62 — O ditador esclarecido. *Veja*. 22/10/1997, p. 42.

63 — Loc.cit.

64 — Id.ib. p. 44.;

65 — JORGE, Fernando. *Cala a boca, jornalista!* 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1990; MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira, 1968-1978*. 2 ed. São Paulo: Global, 1980. Também sobre o tema: KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ficados com esquerda ou com a direita.⁽⁶⁶⁾

No entanto, o que chama atenção é que somente os grandes, identificados com o projeto da Ditadura, sobreviveram, e ainda lucraram com o fato de terem sido censurados. Já os pequenos, os alternativos, estes não conseguiram sobreviver às investidas da censura, que os desestruturou economicamente.

As relações entre imprensa e Ditadura apenas iniciam a ser questionadas e estudadas de forma sistemática. É necessário que sejam feitos trabalhos de fundo, que analisem as posições editoriais para além das manchetes e das capas, o que permitirá encontrar as efetivas posições desses veículos/empresas.

Há que ir além do texto editorial e, partindo dele, descobrir as relações de classe que sustentam a grande imprensa brasileira. Ela tem sido o mais ativo e eficiente *partido político* atuante na democracia existente no Brasil.

O padrão de qualidade, legado da profissionalização, da tecnologia, do padrão nor-

te-americano, vem sendo usado como justificativa de uma suposta credibilidade da imprensa. Mas a existência dos grandes jornais e revistas só é possível com o estabelecimento de relações entre empresas jornalísticas e órgãos financiadores, sejam privados ou estatais, internos ou externos.

Essas relações desencadeiam uma atuação política partidária concreta da imprensa para a manutenção dos interesses conjuntos (de quem a financia) e de suas empresas.

A relação com a Ditadura tem que ser compreendida para além da censura e prejuízos pontuais que os grandes veículos sofreram. É necessário que o pesquisador atente para a permanente construção de memória sobre a história, pois esses órgãos a reescrevem, ocultando que apoiaram e sustentaram a Ditadura. Por se colocar como portadora do "rascunho da história", essa imprensa permite que sejam ignorados fatos sobre seus posicionamentos concretos nos embates políticos. ♦

66 — AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Baurur: EDUSC, 1999.

BIBLIOGRAFIA CITADA

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência*. O Estado de São Paulo e Movimento. Baurur, EDUSC, 1999.

ARBEX JR, José. *Showrnlismo: a notícia como espetáculo*. São Paulo, Casa Amarela, 2001.

CONTI, Mario Sérgio. *Notícias do Planalto*. A imprensa e Fernando Collor. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Luiz Antonio. *O poder da imprensa e a imprensa do poder: a Folha de São Paulo e o golpe de 1964*. Dissertação de Mestrado em História, UNESP, Assis, 1993.

DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional, 1918-1986*. Rio de Janeiro, Espaço e tempo, 1986.

FARO, J. S. *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*. Porto Alegre, AGE / Ulbra, 1999.

FIGUEIREDO, Ana. *Liberdade é uma*

calça velha, azul e desbotada. São Paulo, Hueitec, 1998.

FREITAS, Jorge Roberto Martins. *A entrevista nas páginas amarelas da revista Veja: a imagem do milagre econômico sob o ponto de vista do primeiro newmagazine brasileiro*. Mestrado em Comunicação, UFRJ, 1989.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, São Carlos, UFSC, 1998.

HERZ, Daniel. *A história secreta da REDE GLOBO*. 14a ed. Porto Alegre, Ortiz, 1991.

JORGÊ, Fernando. *Cale a boca, jornalista!* 3a ed. Petrópolis, Vozes, 1990.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. 1968/78. 2ª ed. São Paulo, Global, 1980.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2004.

MATTA, Fernando Reyes (Org). *A infor-*

mação na nova ordem internacional. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. P. 35.

MATTELART, Armand. *Multinacionais e sistemas de comunicação: os aparelhos ideológicos do imperialismo*. São Paulo, Ciências Humanas, 1976.

RAMONET, Ignácio. *A tirania da Comunicação*. Petrópolis, Vozes, 1999.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e história no Rio de Janeiro nos anos 50*. Tese de Doutorado, UFRJ, Escola de Comunicação, 2000.

SILVA, Carlos Lins. *O adiantado da hora: a influência americana sobre o jornalismo brasileiro*. São Paulo, Summus, 1991.

SODRÉ, Nelson. *História da imprensa no Brasil*. 4a ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992.

WAINER, Samuel. *Minha razão de viver*. 6ª ed. Rio de Janeiro, Record, 1987.